

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

6ª edição
Revista e atualizada,
incluindo novo capítulo sobre
PARTIDOS POLÍTICOS

De acordo com o NCPC e com a Lei n. 13.300/2016

2017

ISBN 978-85-472-1446-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Sarlet, Ingo Wolfgang

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz
Guilherme Marinoni e Daniel Midiero. – 6. ed. – São Paulo :
Saraiva, 2017.1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I.
Marinoni, Luiz Guilherme. II. Midiero, Daniel. III. Título.

16-1351

CDU 342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues
Edição Bruna Schilndwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação Edson Colobone
Revisão Adriana C. Bairrada

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Casa de Ideias

Produção gráfica Marti Rampim

Impressão e acabamento Prol Editora Gráfica

Data de fechamento da edição: 20-12-2016Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602699 CAE 603532

1086003

SUMÁRIO

<i>Nota à 6.ª edição</i>	7
<i>Nota à 5.ª edição</i>	9
<i>Nota à 4.ª edição</i>	11
<i>Nota à 3.ª edição</i>	13
<i>Nota à 2.ª edição</i>	15
<i>Apresentação</i>	37
PRIMEIRA PARTE	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	41
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	43
1.1 Considerações introdutórias.....	43
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	48
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.....	51
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	55
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	57
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	59
1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista	59
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	62

1.6.3	A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	66
2.	Classificação das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	70
3.	Estrutura, funções e conteúdo das constituições <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	79
3.1	As constituições e sua estrutura	79
3.1.1	Considerações de caráter geral	79
3.1.2	O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	79
3.1.3	Disposições constitucionais permanentes	85
3.1.4	Disposições constitucionais transitórias	86
3.2	As funções da constituição.....	88
3.3	O problema do conteúdo das constituições.....	93
4.	Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	96
5.	Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	99
I –	Do poder constituinte	99
5.1	Notas introdutórias.....	99
5.2	O que é o poder constituinte?	100
5.2.1	Generalidades	100
5.2.2	A natureza do poder constituinte	102
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	103
5.2.4	Características do poder constituinte	104
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição	106
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	109
5.4.1	Aspectos introdutórios.....	109
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte	110
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	112
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?.....	116
II –	Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional.....	119
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	119
5.7	O poder de reforma da constituição.....	121
5.7.1	Questões terminológicas.....	121
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	121
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	123

5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	123
5.7.4	Os limites da reforma constitucional.....	127
5.7.4.1	Considerações gerais.....	127
5.7.4.2	Limites formais.....	128
5.7.4.3	Limites circunstanciais.....	133
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”).....	134
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	134
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	137
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	160
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional.....	160
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional.....	162
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais.....	165
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	168
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	168
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	168
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	173
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	173
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições.....	182
6.4	Síntese conclusiva.....	188
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição.....	193
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	193
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior.....	198
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	198
8.1	Considerações gerais.....	198
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	198
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	198
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	200
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	200
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço.....	204
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	204
9.1	Considerações introdutórias.....	204
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	205
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	209
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional.....	213
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	213

10.1	Noções gerais	213
10.2	Princípios da interpretação constitucional.....	217
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição	217
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador.....	218
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	219
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	220
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional.....	221
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição.....	224
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	225
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	225
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição	226
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	228
 SEGUNDA PARTE		
	O Sistema Constitucional Brasileiro	231
1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	233
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	233
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.....	237
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.....	241
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”).....	243
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	245
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	246
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	248
2.	Dos princípios fundamentais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	256
I –	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais	256
II –	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	261
2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	261
2.1.1	Considerações gerais.....	261
2.1.2	Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	263
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional..	266
2.2	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	268
2.2.1	Noções gerais.....	268

2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular.....	269
2.2.3	O princípio do pluralismo político.....	275
2.2.4	O princípio do Estado de Direito.....	276
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente).....	287
2.2.6	Princípio republicano.....	291
2.2.7	O princípio federativo.....	293
2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	293
III	– Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito.....	296
IV	– Princípios que regem as relações internacionais.....	297
3.	Teoria geral dos direitos fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	301
3.1	Considerações gerais.....	301
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?.....	302
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	305
3.2.1	Considerações preliminares.....	305
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem.....	306
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	309
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	309
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental.....	312
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	314
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	314
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”.....	316
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?.....	317
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica.....	320
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	321
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	321
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	324
3.3.2.1	Noções preliminares.....	324
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	327
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	332
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	333
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	337
3.3.2.5.1	Generalidades.....	337

3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal	339
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	342
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais	346
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	346
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	349
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional	353
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	356
3.5.1	Considerações gerais	356
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal	357
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente	359
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida	362
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais	365
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5º, § 1º, da CF	367
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	374
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	377
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais	381
3.9.1	Considerações introdutórias	381
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	382
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	385
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	389
3.9.4.1	Noções preliminares	389
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites	390
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais	398
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	402
4.1	O direito à vida	402
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	402
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	405
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais	406
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	409
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	412

4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo	412
4.1.6.1	Considerações gerais.....	412
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida	413
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	415
4.1.7.1	Considerações gerais.....	415
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	416
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	418
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia.....	420
4.2	O direito à integridade física e psíquica.....	424
4.2.1	Considerações gerais.....	424
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos..	424
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	425
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	425
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	426
4.2.3.3	Titulares e destinatários	428
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo	428
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis	431
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	434
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	434
4.3.1.1	Considerações gerais.....	434
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras	437
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade	438
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	441
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	445
4.6.1	Considerações gerais.....	445
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada	446
4.6.3	Limites e restrições.....	449
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	450
4.8	Inviolabilidade do domicílio	455
4.8.1	Notícia histórica e generalidades	455
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal	456
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal	457

4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	465
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	471
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	476
4.11.1	Considerações gerais.....	476
4.11.2	O direito à honra.....	477
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	480
4.12	Direitos de liberdade.....	484
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	484
4.12.2	Liberdade de expressão.....	490
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	490
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	493
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	512
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	512
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	516
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	523
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	523
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	525
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	526
4.12.5.1	Considerações gerais.....	526
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	527
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	528
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	529
4.12.6	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	531
4.12.6.1	Generalidades.....	531
4.12.6.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	531
4.12.6.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	531
4.12.6.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	532
4.12.6.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	533
4.12.6.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel.....	536
4.12.6.2.5	Liberdade de profissão.....	539
4.12.6.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	542
4.12.6.2.7	Liberdade de associação.....	552
4.12.6.2.8	Liberdade de reunião.....	563
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	574
4.13.1	Considerações introdutórias.....	574

4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	578
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	580
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	581
4.13.4.1	Generalidades.....	581
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	582
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	586
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas”.....	591
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	593
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	593
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	593
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro.....	597
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	601
4.14.3.1	Aspectos gerais.....	601
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	605
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	610
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	618
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as Emendas Constitucionais n. 94 e 95 de 2016.....	622
4.15	Dos direitos sociais em espécie.....	624
4.15.1	Considerações preliminares.....	624
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	625
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	630
4.15.4	O direito à alimentação.....	638
4.15.5	O direito à moradia.....	642
4.15.6	O direito à educação.....	646
4.15.7	O direito ao trabalho.....	656
4.15.8	O direito ao lazer.....	660
4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	661
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	665
4.15.11	O direito ao transporte.....	670
4.16	Nacionalidade.....	673
4.16.1	Considerações introdutórias.....	673
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos.....	674

4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	676
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira.....	676
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	678
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia funda- mental.....	678
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade	679
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato	679
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade.....	683
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados.....	686
4.16.5.4	Perda e reaqusição da nacionalidade brasileira	687
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade	690
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade)	692
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal.....	693
4.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	693
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóte- ses de deportação, expulsão e extradição.....	694
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio.....	698
4.16.5.8.1	O asilo.....	699
4.16.5.8.2	O refúgio.....	700
4.17	Direitos Políticos.....	702
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	702
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais.....	704
4.17.2.1	Considerações gerais.....	704
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	705
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	706
4.17.3.1	Constituições anteriores	706
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	707
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	707
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	712
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	717
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade.....	719
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade.....	722
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaqusição dos direitos políticos.....	732
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	732
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	733
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos	735
4.17.3.2.7	A reaqusição dos direitos políticos.....	741
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ...	741
4.18	Dos partidos políticos.....	743

4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito	743
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	747
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	748
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	755
4.18.4.1	Anotações preliminares.....	755
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF	756
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato ..	758
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	760
4.18.5.1	Aspectos gerais.....	760
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	762
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação.....	764
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	765
5.1	Direito fundamental ao processo justo	765
5.1.1	Introdução	765
5.1.2	Âmbito de proteção.....	767
5.1.3	Titularidade e destinatários	770
5.1.4	Eficácia	772
5.1.5	Conformação infraconstitucional	772
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	773
5.2.1	Introdução	773
5.2.2	Âmbito de proteção.....	776
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	777
5.3.1	Introdução	777
5.3.2	Âmbito de proteção.....	778
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas	789
5.4.1	Introdução	789
5.4.2	Âmbito de proteção.....	789
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural	793
5.5.1	Introdução	793
5.5.2	Âmbito de proteção.....	793
5.6	Direito fundamental ao contraditório	796
5.6.1	Introdução	796
5.6.2	Âmbito de proteção.....	796
5.7	Direito fundamental à ampla defesa	800
5.7.1	Introdução	800
5.7.2	Âmbito de proteção.....	800
5.8	Direito fundamental à prova.....	805
5.8.1	Introdução	805

5.8.2	Âmbito de proteção.....	805
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	812
5.9.1	Introdução.....	812
5.9.2	Âmbito de proteção.....	812
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	814
5.10.1	Introdução.....	814
5.10.2	Âmbito de proteção.....	815
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo.....	820
5.11.1	Introdução.....	820
5.11.2	Âmbito de proteção.....	821
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	823
5.12.1	Introdução.....	823
5.12.2	Âmbito de proteção.....	825
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	826
5.13.1	Introdução.....	826
5.13.2	Âmbito de proteção.....	827
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?.....	830
5.14.1	Introdução.....	830
5.14.2	Âmbito de proteção.....	830
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	832
6.1	<i>Habeas corpus</i>	832
6.1.1	Introdução.....	832
6.1.2	Âmbito de proteção.....	833
6.1.3	Titularidade.....	834
6.1.4	Conformação infraconstitucional.....	835
6.2	Mandado de segurança.....	837
6.2.1	Introdução.....	837
6.2.2	Âmbito de proteção.....	838
6.2.3	Titularidade.....	841
6.2.4	Conformação infraconstitucional.....	842
6.3	Mandado de injunção.....	843
6.3.1	Introdução.....	843
6.4	<i>Habeas data</i>	844
6.4.1	Introdução.....	844
6.4.2	Âmbito de proteção.....	844
6.4.3	Titularidade.....	845
6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	845
6.5	Ação popular.....	846
6.5.1	Introdução.....	846
6.5.2	Âmbito de proteção.....	846
6.5.3	Titularidade.....	847

6.5.4	Conformação infraconstitucional	848
6.6	Ação civil pública	849
6.6.1	Introdução	849
6.6.2	Âmbito de proteção.....	850
6.6.3	Titularidade.....	851
6.6.4	Conformação infraconstitucional.....	852
7.	Da organização do Estado e da Repartição de Competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	854
I –	Da organização do Estado.....	854
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	854
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	856
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	863
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro.....	863
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	865
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF)	867
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação	870
7.4.1	Noções gerais.....	870
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	872
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento	872
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	877
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo.....	877
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	879
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção	879
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade.....	880
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção	882
7.4.3	A intervenção nos Municípios.....	883
II –	Da repartição de competências	885
7.5	Noções gerais	885
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos.....	888
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis).....	888
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes)	890
7.7	Das competências legislativas	892
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	892
7.7.2	Competências legislativas dos Estados.....	894
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	895
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal.....	896
7.8	As competências legislativas concorrentes	896

7.8.1	Considerações gerais.....	896
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais	898
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	899
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios	901
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	903
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	910
I –	O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro.....	910
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos	910
8.1.1	Primeiras considerações.....	910
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês	911
8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	913
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	915
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	917
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes	920
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído ..	926
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	927
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis	931
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	933
8.2.1	Primeiras considerações.....	933
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	934
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão	936
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	938
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	941
8.3.1	A Constituição Imperial.....	941
8.3.2	A Constituição de 1891	941
8.3.3	A Constituição de 1934	944
8.3.4	A Constituição de 1937	948
8.3.5	A Constituição de 1946	949
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	952
8.3.7	A Constituição de 1988	957
II –	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	958
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade.....	958
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	958

8.4.1.1	Objeto do controle judicial.....	964
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo.....	967
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	969
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	972
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado.....	973
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade.....	975
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	975
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.....	984
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	984
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação.....	986
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão.....	986
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	986
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial.....	990
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa.....	994
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	999
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	999
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1002
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1004
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta.....	1006
III	– Controle difuso de constitucionalidade.....	1008
8.9	A questão constitucional no processo comum.....	1008
8.10	A decisão no controle incidental.....	1009
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade.....	1009
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1010
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício.....	1013
8.14	Da inexistência de preclusão.....	1017
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ.....	1017
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional.....	1017
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1018
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial.....	1020
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1021
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF.....	1022
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial.....	1023
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1024
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais.....	1026
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário.....	1026

8.44.3	Coisa julgada e segurança jurídica.....	1210
8.44.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1211
8.44.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: Da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais.....	1212
8.44.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/73) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)..	1214
8.44.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1217
8.44.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1227
8.44.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015.....	1227
8.44.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material.....	1229
8.44.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1232
8.44.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1233
VII	– Técnicas de decisão.....	1236
8.45	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1236
8.46	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial..	1240
8.47	Inconstitucionalidade por arrastamento.....	1241
8.48	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade.....	1242
8.49	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos.....	1243
8.50	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade.....	1244
8.51	Interpretação conforme à Constituição.....	1247
8.52	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1249
VIII	– Mandado de injunção.....	1250
8.53	Primeiras considerações.....	1250
8.54	História do mandado de injunção no STF.....	1252
8.55	Escopo do mandado de injunção.....	1261
8.56	Natureza mandamental?.....	1263
8.57	Legitimidade.....	1266
8.58	Medida liminar.....	1268
8.59	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção.....	1271
8.59.1	Dever de legislar.....	1271
8.59.2	Mora do legislador.....	1273
8.59.3	Norma insuficiente e omissão parcial.....	1275
8.59.4	Norma não autoaplicável.....	1276
8.59.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1277
8.60	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo.....	1279

8.61	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1279
8.62	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1280
8.63	Eficácia “natural” da coisa julgada	1280
8.64	Eficácia dos precedentes.....	1281
8.65	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	1282
IX – Ação direta de inconstitucionalidade por omissão		1286
8.62	Primeiras considerações	1286
8.63	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1288
8.64	Objeto da omissão inconstitucional.....	1289
8.65	Legitimidade	1290
8.66	Procedimento	1294
8.67	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1300
8.68	Medida liminar	1302
8.69	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1305
8.70	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Res- ponsabilidade do Estado por omissão inconstitucional	1307
X – Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....		1315
8.71	Primeiras considerações	1315
8.72	Modalidades	1316
8.73	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1317
8.73.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz... ..	1317
8.73.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato nor- mativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1319
8.74	Legitimidade.....	1320
8.75	Parâmetro de controle.....	1322
8.76	Objeto	1324
8.76.1	Introdução	1324
8.76.2	Atos do Poder Público	1325
8.76.3	Direito pré-constitucional.....	1325
8.76.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1327
8.76.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1329
8.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1329
8.76.7	Norma de caráter secundário	1332
8.76.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1334
8.76.9	A questão da omissão parcial.....	1337
8.77	Procedimento	1339
8.78	Medida liminar	1342
8.79	Decisão e efeitos	1344
XI – Representação interventiva		1345
8.80	Introdução.....	1345

8.81	Legitimidade	1347
8.82	Objeto	1349
8.83	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção..	1351
8.84	Procedimento	1352
8.85	Medida liminar	1354
8.86	Decisão e efeitos	1355
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal	1356
8.87	Primeiras considerações	1356
8.88	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade	1357
8.89	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1362
8.90	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1363
8.91	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1364
8.92	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1365
8.93	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual.....	1366
XIII	– Controle de convencionalidade	1368
8.94	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos....	1368
8.95	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais.....	1373
8.96	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1374
8.97	Controle de supraconstitucionalidade.....	1375
8.98	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1377
8.99	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1383
8.100	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1383
	<i>Referências bibliográficas</i>	1387
	<i>Outras obras dos autores</i>	1467
	Ingo Wolfgang Sarlet	1467
	Luiz Guilherme Marinoni	1467
	Daniel Mitidiero.....	1469